

Uma visão diplomática

Tratado da Antártica: meio século de uma vitória da ciência e da diplomacia

Em 2025, o Brasil comemora os 50 anos de sua adesão ao Tratado da Antártica, instrumento internacional que consolidou a vocação pacífica e cooperativa da região. A proposta do Tratado foi lançada no Ano Geofísico Internacional, proclamado pelas Nações Unidas em 1957. Foi negociado a partir desse grande movimento científico e diplomático, e aberto para assinaturas em 1959.

O Tratado da Antártica estabelece que a presença humana no continente deve ser exclusivamente para usos pacíficos, dedicada à ciência e à cooperação internacional, assegurando a proteção de um ecossistema essencial ao equilíbrio climático do planeta.

A decisão do Brasil de aderir ao Tratado, em 16 de maio de 1975, constituiu marco estratégico na política brasileira para a Antártica. Inicialmente integrado ao Tratado como Parte não Consultiva, o Brasil intensificou sua atuação científica e diplomática relativa ao continente gelado.



Em 1982, foi criado o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e, no mesmo ano, foi realizada a primeira Operação Antártica (OPERANTAR).



Em reconhecimento à condução de “pesquisa científica substancial” do Brasil, conforme o Artigo IX do Tratado, e da participação construtiva e qualificada nas atividades do Tratado, o País conquistou, em 1983, o status de Parte Consultiva.



Essa conquista garantiu o direito à voz e voto nos processos decisórios sobre o futuro da região, essencial para o equilíbrio ecológico e climático do planeta, e até hoje campo essencial para a pesquisa e a inovação.

Essa conquista refletiu não apenas o compromisso do País com os princípios do Tratado, mas também sua capacidade de articular ciência e diplomacia em benefício do interesse nacional. Em 1991, em mais um grande feito da parceria entre ciência e diplomacia, foi assinado o Protocolo de Madri, que reforçou o caráter pristino da Antártica e as medidas de proteção ambiental do Tratado da Antártica.

Em sua história, o Tratado da Antártica se desenvolveu em um sistema complexo, com órgãos subsidiários, como o Comitê Científico sobre Pesquisas Antárticas e o Comitê para a Proteção Ambiental, e acordos e órgãos conexos, como a Convenção para a Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártica (1980) e a Convenção para a Conservação das Focas Antárticas (1972).

Em um esforço de Estado, o Brasil participa ativamente dos órgãos de governança do Sistema do Tratado da Antártica. Coordenadas pelo Ministério das Relações Exteriores, as delegações brasileiras incluem representantes dos Ministérios da Defesa; da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; da Pesca e Aquicultura; e institutos de pesquisa e universidades.

Os 50 anos de adesão ao Tratado da Antártica são um importante marco das relações internacionais, da busca pela paz e a cooperação entre os povos, e do indomável espírito humano de curiosidade e exploração. Ao completar 50 anos, o Tratado continua vivo e relevante, se adaptando às mudanças físicas e políticas de nosso planeta, para construir um futuro pacífico e sustentável.

Por: Eden Clabuchar Martingo, Chefe da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, MRE.

